

DA NECESSÁRIA COERÊNCIA ENTRE ONTOLOGIA, EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA: CONTRIBUIÇÃO EM ESTUDOS CRÍTICOS DO DISCURSO

ABOUT THE NECESSARY COHERENCE BETWEEN ONTOLOGY, EPISTEMOLOGY, AND METHODOLOGY: CONTRIBUTION IN CRITICAL DISCOURSE STUDIES

Raylton Carlos de Lima Tavares¹

Viviane de Melo Resende²

Resumo: *Este artigo apresenta algumas reflexões sobre os aspectos ontológicos, epistemológicos e metodológicos envolvidos na realização de pesquisas em Estudos Críticos do Discurso. Argumentamos que pesquisadoras e pesquisadores interessadas/os em analisar a função da semiose em problemas sociais e morais devem, primeiramente, refletir sobre a construção de seus projetos de investigação. Nossa discussão baseia-se na ontologia realista crítica do funcionamento da sociedade e na ontologia da linguagem na sociedade teorizada na abordagem relacional-dialética dos Estudos Críticos do Discurso. Mostramos como esse arcabouço teórico pode ser posto em prática a partir de nossa experiência empírica na condução do projeto “Representação em disputa: uma análise de discurso crítica da Parada LGBTQI+ Livre de Brasília”. Assim, relacionamos teoria e prática a fim de indicar que a necessária coerência entre decisões ontológicas, epistemológicas e metodológicas só logra êxito quando nossas escolhas são submetidas ao escrutínio próprio, no processo reflexivo, e, idealmente, à apreciação de outras pessoas, em relações colaborativas.*

Palavras-chave: *reflexividade; ontologia; epistemologia; metodologia; estudos críticos do discurso*

Abstract: *This paper presents some reflections on the ontological, epistemological and methodological aspects involved in conducting research in Critical Discourse Studies. We argue that researchers interested in analyzing the role of semiosis in social and moral problems should, first,*

¹ Aluno de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília. Membro do Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade (NELiS) e do Laboratório de Estudos Críticos do Discurso (LabEC). Bolsista da CAPES. <https://orcid.org/0000-0003-3370-8753>

² Professora Associada da Universidade de Brasília, no Departamento de Português, Linguística e Línguas Clássicas. Coordenadora do Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade (NELiS) e Diretora do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM/UnB). Pesquisadora do CNPq. <https://orcid.org/0000-0002-7791-5757>

reflect on the construction of their research projects. Our discussion is based on the critical realistic ontology of the functioning of society and the ontology of language in the society theorized in the relational-dialectic approach of Critical Discourse Studies. We show how this theoretical framework can be put into practice from our empirical experience in conducting the project “Representation in dispute: a critical discourse analysis of the Free Parade LGBTQI+ of Brasilia”. Thus, we relate theory and practice in order to indicate that the necessary coherence between ontological, epistemological and methodological decisions is only successful when our choices are subjected to proper scrutiny, in the reflective process, and, ideally, to the appreciation of other people, in collaborative relationships.

Keywords: *reflexivity; ontology; epistemology; methodology; critical discourse studies*

Introdução

Fazer pesquisa discursiva crítica significa, grosso modo, analisar o papel da linguagem em problemas sociais contextualmente situados (WODAK, 2001). Tendo em vista que o mundo social e seus processos, os quais nos dedicamos a estudar por meio de textos, configuram uma profundidade de relações, é imprescindível usarmos um aparato que não os tome de modo simplista. Isso não significa fascinar-se com uma ciência hermética ou com “o exercício retórico” (RESENDE, 2020), pois mobilizar a complexidade conceitual só faz sentido se ela se justifica por sua utilidade em pesquisas situadas. Disso decorre que a construção de um projeto de pesquisa em estudos discursivos, lugar epistemológico de onde falamos, é um processo reflexivo que envolve pensar sobre o que interessa à pesquisa e como se pode construir conhecimento sobre isso, sem jamais perder de vista as razões sociais que motivam a análise.

O foco deste artigo é a relação teoria e prática em Estudos Críticos do Discurso (ECD), especialmente a necessária coerência entre o estudo do ser (ontologia), os pressupostos teóricos mobilizados para investigar e produzir conhecimento acerca dos elementos ontológicos que selecionamos (epistemologia), e a geração e a análise de dados (metodologia) (MASON, 2002; RESENDE, 2009). Argumentamos que, sem que seja dada devida atenção à relação entre essas etapas de investigação, projetos de pesquisa em ECD podem cair no erro da falácia epistêmica, e assim gerar e analisar dados de modo incoerente e irrelevante do ponto de vista ontológico.

O artigo está dividido em três seções. Na primeira, retomamos os pressupostos teóricos ensejados em algumas abordagens dos ECD das quais tiramos proveito, apresentando os modelos ontológicos do funcionamento da sociedade e do funcionamento da linguagem na sociedade, e explicando o motivo de usarmos o texto como objeto central de análise. Na segunda seção, nosso foco é mostrar como todo o arcabouço teórico apresentado está sendo mobilizado em um projeto de pesquisa particular. Para tanto, mostramos algumas das reflexões e decisões incitadas pelos aspectos ontológicos, epistemológicos e metodológicos na elaboração e execução de um projeto de crítica explanatória com base no discurso. Nessa seção, também apresentamos um quadro que contém algumas questões norteadoras a cada uma das três etapas de decisões. Por fim, na terceira seção, fazemos as considerações finais e os agradecimentos.

Estudos Críticos do Discurso

Ao longo dos anos os ECD têm recebido diversos rótulos, sendo identificados como escola, campo, teoria e/ou método. Concordamos com van Dijk (2015) que os ECD são uma perspectiva compartilhada de como fazer análise semiótica com foco em questões problemáticas que afligem atores sociais e perpetuam relações injustas social e moralmente. Entendemos essa designação como a mais coerente para os ECD porque implica não estarmos nos referindo a uma teoria unificada, nem mesmo a um método definido de investigação. Pelo contrário, os ECD são uma perspectiva heterogênea constituída por várias versões que se identificam sob esse termo “guarda-chuva” (BATISTA JR; SATO; MELO, 2018, p. 8). Essa afirmação, obviamente, não significa que aspectos teóricos consistentes e metodológicos coerentes não devam ser uma preocupação nodal a qualquer projeto de pesquisa na área. Ao contrário, significa que, não havendo teorias unificadas e métodos apriorísticos, cada estudo deve se debruçar conscientemente sobre os dilemas teóricos e metodológicos que se apresentam, nem sempre de forma claramente delimitável: qual é o limite exato entre teoria e método?

É consenso entre analistas de discurso críticas/os que nossas agendas de pesquisa, cuja concentração está nas facetas discursivas de problemas sociais e morais, “indicam a interdependência entre os interesses de pesquisa e os comprometimentos políticos” (WODAK, 2001, p. 2).³ Concordam também que a semiose (linguagem em seu aspecto mais amplo, abarcando sons, imagens, gestos etc.) é parte inerente da sociedade, e que a relação que mantêm é de mútua constituição, de “mão dupla” (RESENDE, 2017a). Então, essas abordagens, ou versões de ECD, lançam mão de diversas teorias e métodos que lhes parecem ser mais adequados, combinando disciplinas e teorias dos estudos de linguagem e das ciências sociais e humanas.

A abordagem relacional-dialética (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2003; RESENDE, 2017b) tira proveito da ontologia realista crítica (BHASKAR, 1998a, 1998b, 2017). Para o Realismo Crítico, doravante RC, a ciência tem uma dimensão intransitiva (ontológica), em que estão as estruturas, mecanismos, eventos e poderes causais, e uma dimensão transitiva (epistemológica), que estuda os objetos intransitivos. Bhaskar (2017, p. 19) argumenta que a ontologia não pode ser igualada à epistemologia, por isso reivindica contra a falácia epistêmica: “visão de que as afirmações sobre o ser podem ser reduzidas ou analisadas em termos de afirmações sobre o conhecimento”.

Estruturas e mecanismos, nos diz Bhaskar (1998a), têm existência e ação próprias, são reais e independem de nosso conhecimento sobre eles. É claro que as coisas sociais, embora tenham existência intransitiva – por exemplo, eu ter ou não consciência de classe não significa que as classes sociais como estruturas existam ou deixem de existir na minha experiência –, são potencialmente alteradas pela dimensão transitiva – para seguir no mesmo exemplo, o reconhecimento do funcionamento e mecanismos de permanência das estruturas de classe pode levar a movimentos da sociedade, como é o caso, por exemplo, do movimento sindical, com potência para transformação estrutural.

Embora sejam provocados por estruturas e mecanismos gerativos, os eventos diferem em seus padrões, pois mesmo podendo ser apreendidos, eles não se reduzem às experiências. “Mecanismos, eventos e experiências constituem, portanto, três domínios sobrepostos: os domínios do potencial, do realizado e do empírico” (BHASKAR, 1998a, p. 42). O domínio do potencial diz respeito a tudo que existe como potência, mesmo que não seja realizado num dado momento ou não seja acessível de modo empírico. O realizado refere-se aquilo que do potencial

3 As traduções dos originais foram realizadas pelo autor e pela autora.

foi ativado, considerando as pressões contextuais que desencadeiam contingências. O empírico, por sua vez, é o domínio das experiências, do contato, do que nos foi possível apreender do potencial ativado no realizado. Resumindo: “nossa capacidade de observar (empírico) o que se realiza em eventos (realizado) não esgota o que poderia existir (potencial) ou de fato existe (realizado)” (RESENDE, 2017b, p. 23). Podemos representar a relação entre as dimensões ontológica e epistemológica, seus elementos e os domínios da realidade da seguinte maneira:

POTENCIAL	ESTRUTURAS	PRÁTICAS	CATEGORIAS ONTOLÓGICAS
REALIZADO	EVENTOS		
EMPÍRICO	OBSERVAÇÃO		CATEGORIA EPISTEMOLÓGICA

Figura 1 – Categorias ontológicas e categoria epistemológica: RC e ADC

Fonte: Acosta e Resende (2014, p. 129)

Do RC também aproveitamos a noção de que o mundo é um “sistema aberto” (BHASKAR, 1998b), pois mesmo as estruturas sociais, que são condições de longo prazo para a vida social, são passíveis de mudança. Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 21) definem as práticas sociais como “maneiras habituais, ligadas a tempos e espaços particulares, em que as pessoas empregam recursos (materiais e simbólicos) para agirem juntas no mundo”. Por serem a entidade intermediária entre estruturas e eventos, as práticas fazem a conexão entre a estruturação social e os acontecimentos diários em que as pessoas se engajam. No RC, a categoria intermediária é o sistema posição-prática, com ênfase nas posições objetivas que podemos assumir como participantes de eventos (que realizam práticas).

Com base em Harvey (1996), Chouliaraki e Fairclough (1999) definiram que práticas sociais são compostas de atividade material, relações sociais, atividade mental e de um elemento semiótico. Esses momentos das práticas sociais estão em relações dialéticas de articulação, pois interiorizam traços uns dos outros, de modo que essa relação sempre deve ser levada em consideração (LACLAU; MOUFFE, 1987). Nesse sentido, o foco nas práticas sociais mostra-se relevante porque sua relação dialética evita, nos termos do RC, tanto o determinismo (quando se entende, equivocadamente, que estruturas *determinam* a ação) quanto o voluntarismo (quando se entende, também equivocadamente, que a ação possa ser *livre* das estruturas).

Funcionamento da linguagem na sociedade

Num esforço de explorar a relação entre RC e semiose, pesquisadoras e pesquisadores mobilizam a ontologia realista crítica do funcionamento da sociedade para organizar um modelo ontológico do funcionamento social da linguagem (FAIRCLOUGH, 2003; RESENDE, 2017b). Para Fairclough, Jessop e Sayer (2010, p. 202), a semiose é, ao mesmo tempo, “criação intersubjetiva de significado” e causalmente eficaz. Como tal, é parte integrante de todos os níveis de organização social, seja das estruturas, dos eventos ou das práticas. A Figura 2 ilustra essa associação:

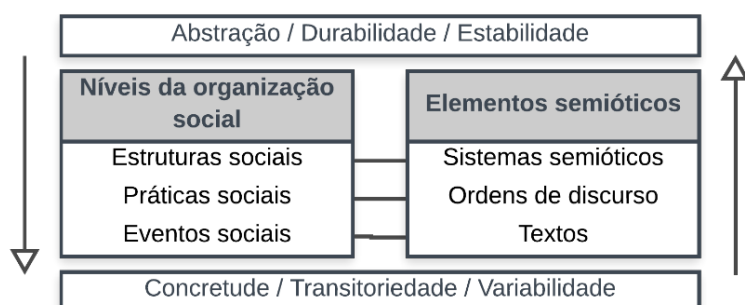


Figura 2 – Níveis de organização social e elementos semióticos correspondentes
 Fonte: Pereira e Tavares (2020, p. 239)

Sistemas semióticos são potenciais de significação de que dispomos para atuar no mundo. Cada sistema possui seus próprios mecanismos gerativos e poderes causais, ou seja, cada qual com suas potencialidades e contingências. A língua, um entre os sistemas semióticos (ao lado de, e não superior a, linguagem visual, música, linguagem corporal etc.), é uma rede de sistemas interrelacionados que informa às/aos usuárias/os um leque de escolhas sobre “o que pode ir em lugar disso” (eixo paradigmático) e “o que pode vir antes e depois disso” (eixo sintagmático). O sistema linguístico, por exemplo, nos informa que orações podem ser positivas (“Ela leu o livro”) e negativas (“Ela não leu o livro”), ou mesmo intermediárias entre os polos (“Ela provavelmente leu o livro”) (HALLIDAY, 2014).

Apesar de sermos constrangidas/os pela estruturação do sistema, existe possibilidade de ação, dada a natureza própria do mundo como um sistema aberto e da língua como um recurso funcional: “a língua é como é por causa das funções que serve na vida das pessoas” (HALLIDAY, 2001, p. 13). Se por um lado a língua nos impõe limites para sua apropriação em eventos discursivos, por outro, é apenas por meio dessas ações que ela existe. É dizer, em termos realistas críticos, que as línguas, assim como as estruturas sociais, “não existem independentemente das atividades que elas governam” (BHASKAR, 1998b, p. 218).

No segundo nível da Figura 2, ordens de discurso são “a organização e o controle da variação linguística”, o potencial dos sistemas semióticos atualizado segundo contingências e possibilidades informadas pelas (redes de) práticas sociais desenhadas espaço-temporalmente (FAIRCLOUGH, 2003, p. 24). As ordens de discurso são o aspecto semiótico das práticas sociais, estão sempre ligadas a campos da atividade humana, pois nossas ações sempre envolvem a semiose, seja em maior ou menor grau. Fairclough, Jessop e Sayer (2010, p. 213), ao reivindicarem o lugar das ordens de discurso no modelo ontológico do funcionamento da linguagem na sociedade, declaram que “a lacuna entre o potencial produtivo (‘potencial’) dos sistemas semióticos e o ‘realizado’ das facetas semióticas dos eventos é tal que outras estruturas precisam ser propostas em níveis mais baixos de abstração”.

Ordens de discurso não são constituídas por categorias linguísticas, como nomes, verbos, sintagmas etc., mas sim por gêneros-suportes e discursos-estilos, entidades sociosemióticas que estão no limiar entre o linguístico e o não-linguístico (RESENDE, 2017b). Gêneros-suportes são veículos e maneiras recorrentes de agir e interagir discursivamente nas práticas sociais. Relacionamos ação e interação a gêneros-suportes porque estes são sempre usados para alcançar propósitos em que atores sociais se envolvem como membras/os de uma cultura, a semiose funcionando como práxis (MARTIN, 2009). Assim, o motivo de gêneros-suportes ser um momento das ordens de discurso tem a ver com o fato de que, de um lado, toda prática social requer elementos semióticos para sua realização, e de outro, os textos só são possíveis se alçarem gêneros e forem materializados em suportes (físicos ou digitais).

Discursos-estilos são maneiras de representar aspectos do mundo ancoradas em graus de vinculação identitária. Resende (2017b) explica que a relação entre discursos e estilos é muito particular na construção discursiva da identidade. Para ela (2017b, p. 31), há “uma força centrípeta, isto é, voltada para dentro, atuando na construção do ‘eu’ com base em múltiplos significados, ou seja, nos discursos com que nos identificamos, e uma força centrífuga, para fora, atuando na dispersão do ‘eu’ em várias direções, em movimentos semióticos texturizados”. As divergentes representações sobre aspectos da realidade e nossa vinculação a elas ocorrem porque o mundo social não é um dado fechado, é dependente do contato que temos com ele, da relação com nós mesmas/os e com as outras pessoas (FAIRCLOUGH, 2003).

Os textos, por fim, são a parte semiótica dos eventos sociais: a realização dos potenciais dos sistemas semiótico e das ordens de discurso. Eles têm direta relação com o que está acontecendo nos eventos, sejam os aspectos físicos e mentais, sejam as relações entre as pessoas envolvidas. Enquanto sistemas semióticos e ordens de discurso são níveis mais abstratos da semiose, os textos são a “instância da linguagem viva que desempenha algum papel em um contexto de situação [evento social]” (HALLIDAY, 1989, p. 10, acréscimo nosso).

Baseado nessa concepção funcional, Fairclough (2003) considera que o texto realiza ações, representações e identificações nos cursos de eventos. A essas características, ele associou, respectivamente, três principais tipos de significados, o acional, o representacional e o identificacional. Assim, os textos estabelecem relações e identificações entre as pessoas e representam aspectos do mundo nos eventos em que ocorrem. Isso indica que, embora usemos palavras e sentenças para construir um texto, na verdade, ele é feito de significados, “é essencialmente uma unidade semântica” (HALLIDAY, 1989, p. 10). Noutros termos, orações e palavras são a realização de um texto e não o texto em si (HALLIDAY, 2001).

Por que uma análise de discurso textualmente orientada?

Com base na teorização do RC que apresentamos na seção anterior, entendemos que o domínio potencial cobre tanto sistemas semióticos e ordens de discurso quanto textos. A diferença é que os textos estão também no domínio realizado, sendo, portanto, a materialização desse potencial semiótico. Sistemas semióticos e ordens de discurso são elementos abstratos, que se realizam nos textos disponíveis a nossa experiência. É compreender, nas palavras de van Leeuwen (2008, p. 6, grifo nosso) que “[c]omo discursos são cognições sociais, maneiras específicas de conhecer práticas sociais, eles podem ser, e são, usados como recursos para representar práticas sociais em texto. *Isso significa que é possível reconstruir discursos de textos que os realizam*”.

Halliday (2014) corrobora essa ideia ao afirmar que o potencial subjacente da linguagem para criar significados (sistema) é *instanciado* na forma de texto, de modo que a existência de um só é possível por meio da existência do outro. Para ele, linguagem como sistema e linguagem como texto não são objetos separados, ambos são o mesmo fenômeno observado de pontos de vista diferentes. Como exemplo, compara sistema/ texto a clima/ tempo: “O tempo é o texto: é o que acontece ao nosso redor o tempo todo, impactando e às vezes perturbando nosso cotidiano. O clima é o sistema, o potencial subjacente a esses efeitos variáveis” (HALLIDAY, 2014, p. 27).

Além de os textos serem informados pelo potencial semiótico (sistemas semióticos e ordens de discurso), eles também são influenciados pela agência dos atores sociais que os texturizam. Essa agência humana é, às vezes, estrategicamente camuflada, especialmente

quando os propósitos envolvem a manutenção hegemônica de instituições e grupos – é o caso de certas leis e documentos oficiais, por exemplo. É por isso que dizemos, então, que textos têm agência, eles podem agir em lugar e no interesse de atores sociais (MAGALHÃES, 2017). Isso significa que essa agência não ‘brota’ dos textos em si, somos nós que, ao utilizarmos o potencial semiótico em combinação com nossa potência humana, dotamos os textos de agência para que eles atinjam os objetivos que queremos.

Não obstante, os textos têm seus próprios efeitos causais, que não se reduzem nem ao potencial da semiose nem à agência humana. De acordo com Fairclough (2003), dizer que textos possuem efeitos causais significa que eles podem causar efeitos no mundo. Não podemos prever as implicações que os textos desencadeiam, porque os efeitos causais não são mecânicos, do mesmo modo, não há como afirmar que um texto ou uma determinada característica dele causará esse ou aquele efeito, isso não pode ser previamente mensurado. No entanto, não se anula o fato de que textos podem causar mudanças, mais imediatamente, “em nosso conhecimento (podemos aprender coisas por meio deles), nossas crenças, nossas atitudes, valores etc.” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 8), ou a longo prazo: constroem-se identidades pela recorrente exposição a textos.

Nossa experiência com os textos realizados é subjetiva, visto que o contato que temos com eles ocorre no domínio empírico. Essa é uma questão ontológica que desencadeia reflexões epistemológicas e metodológicas importantes, que discutiremos na subseção 2.2. Em suma, consideramos que os ECD fornecem uma teorização do funcionamento da linguagem que é coerente com o que se defende no nível ontológico, porquanto “[s]e podemos utilizar a análise de textos como material empírico para a crítica de processos sociais de mudança/ manutenção de práticas é porque a linguagem, entendida como discurso, é constituída na/ pela sociedade e constitutiva da sociedade” (RESENDE, 2012, p. 103).

Representação em disputa: um projeto de crítica explanatória com base no discurso

A pesquisa *Representação em disputa: uma análise de discurso crítica da Parada LGBTQI+ Livre de Brasília*⁴ investiga quais as justificativas para a realização da Parada LGBTQI+ Livre de Brasília e quais suas relações causais com outros elementos sociais. A Parada LGBTQI+ Livre de Brasília foi uma entre as muitas paradas da diversidade (também conhecidas como Paradas Gay ou Paradas LGBTQIA+) que ocorrem em junho, em comemoração ao mês da diversidade sexual e de gênero. Organizado por empresários, o evento aconteceu na noite de 30 de junho de 2019, no estacionamento do Estádio Nacional Mané Garrincha, no Eixo Monumental da cidade de Brasília, no Distrito Federal.

Conforme os dados documentais utilizados para a contextualização da pesquisa, a Parada LGBTQI+ Livre de Brasília nasceu do descontentamento de seus proponentes com membros da Brasília Orgulho, entidade organizadora da Parada do Orgulho, evento tradicional que ocorre há mais de vinte anos na cidade.⁵ O motivo de tal rompimento teria sido o caráter partidário da Brasília Orgulho, pois alguns de seus membros eram filiados a partidos políticos, inclusive, um deles foi candidato pelo Partido dos Trabalhadores (PT) nas últimas eleições.

4 Projeto inserido na linha de pesquisa Discurso e recursos sociosemióticos em perspectiva crítica do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília. Também é vinculado ao Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade (NELIS/CEAM/UnB), ao Laboratório de Estudos Críticos do Discurso (LabEC/UnB/CNPq) e ao Núcleo de Estudos Queer e Decoloniais (NuQueer/UFRPRE/CNPq).

5 Embora esses dados sejam notícias e, portanto, configurem-se no domínio público, preferimos não identificá-los aqui. Assim, todas as citações literais deles provenientes não serão referenciadas.

Os criadores da Parada LGBTQI+ Livre de Brasília seguem a linha de movimentos ditos apartidários e por vezes apolíticos (FERREIRA, 2014) ao argumentarem que eventos como as paradas da diversidade devem focar nas demandas urgentes da população LGBTQIA+ e não levantar bandeiras políticas. Um deles sintetiza o objetivo do evento: “[a] ideia da nossa parada é ser menos politizada, queremos retirar da pauta a discussão sobre ser ou não oposição ao governo. Precisamos de medidas que ajudem a população LGBTI agora. Somos empresários que acreditamos em outra forma de luta”.

A comissão organizadora do evento participa assim de uma “disputa pela representação”, um dinâmico jogo de/pelo poder que envolve “quem pode nos representar” e “como deve ser essa representação”. Para tanto, entram em movimento as identidades e relações sociais dos organizadores e de seus concorrentes (membros da Brasília Orgulho), dispersam-se representações posicionadas de ambos os eventos e utilizam-se estratégias de ação e interação para alcançar os objetivos sociais. Essa pequena apresentação põe-nos diante da conjuntura de que faz parte o evento/prática que investigamos, dando amostra do enredamento envolvido.

Considerando que questões sociais são parcialmente discursivas e que mudanças sociais deixam traços em textos (FAIRCLOUGH, 2016), objetivamos, por meio de um estudo discursivo crítico, identificar os motivos para a realização/criação da Parada LGBTQI+ Livre de Brasília e analisar as conexões de causalidade com outros elementos sociais. Desse modo, estamos adotando uma posição crítica em relação ao objeto da pesquisa, pois “a crítica é essencialmente tornar visível a interconexão das coisas” (FAIRCLOUGH, 2010, p. 39).

O desenho Ontológico e Epistemológico da Investigação

A definição de ontologia como o estudo do ser, ou a natureza e organização do mundo, deixa entrever que não existe somente uma ontologia, mas sim, diversas visões sobre o que se acredita ser isso que chamamos de realidade social (MASON, 2002). A visão da realidade que adotamos aqui é influenciada pelo mapa ontológico desenhado por Resende (2017b), em que ela propõe um mundo social composto pelos seguintes elementos: *estruturas*, compostas por classe, gênero, sexualidade, raça, etnia, instituições e semiose; *práticas sociais*, compostas por posições, relações sociais, materiais, espaços-tempos e ordens de discurso; e *eventos*, compostos por pessoas, posições encarnadas, ação material, textos e espaço-tempo realizado.

Desse complexo mapa tiramos proveito de alguns elementos úteis ao estudo em tela. São eles: sexualidade, classe, instituições, posições, relações, ordens de discurso e textos. Ao escolhermos trabalhar com o aspecto discursivo das causas de criação/ realização da Parada LGBTQI+ Livre de Brasília, elegemos ordens de discurso e textos como objetos onto-epistemológicos. No entanto, foi somente durante a elaboração do projeto, especialmente quando da pesquisa bibliográfica e da contextualização do problema, que percebemos a necessidade de incluir sexualidade, classe, instituições, posições e relações no mapa ontológico. Isso porque essas entidades pareceram ter influência direta no objeto de investigação, logo, indispensáveis à sua compreensão e análise.

Em nosso desenho de pesquisa, tomamos o texto como objeto empírico de análise, e é por meio dele que temos acesso aos demais elementos do mapa. Isso quer dizer que o contato com os demais elementos ontológicos não é direto, acessamos somente suas representações. Por exemplo, nos textos que utilizamos para contextualização, podemos notar que um dos possíveis mecanismos gerativos da criação/ realização da Parada LGBTQI+ Livre de Brasília é a não aceitação de que a Brasília Orgulho e seus membros mantenham relações com partidos políticos (instituições). Isso não significa, é claro, que estamos reduzindo instituições a textos, essa seria uma incoerência ontológica, pois ambos são elementos com poderes e mecanismos distintos, mas que, como não há possibilidade empírica de reconstruir os eventos que

investigamos (na verdade, nenhum evento social pode ser reproduzido), é só por meio das marcas que deixam nos textos que nós podemos alcançá-los.

O desenho epistemológico dessa investigação se baseia nos ECD, aqui postos em relação com pressupostos do RC, e no paradigma qualitativo interpretativista. Segundo Denzin e Lincoln (2006, p. 17), a pesquisa qualitativa “[c]onsiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo”, em que pesquisadoras/es estão “tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem”. Nosso objeto de pesquisa (justificativas expressas no discurso para a criação/realização da Parada LGBTQI+ Livre de Brasília e as relações causais desta com outros elementos sociais) é um processo sociossemiótico que envolve semiose, relações, instituições etc., e por isso não pode ser concebido coerentemente por meio de termos estatísticos, mas sim como uma prática sociodiscursiva que necessita ser descrita e interpretada qualitativamente.

A pesquisa qualitativa é uma lente útil para estudarmos as complexas relações em que se enredam os processos sociais, pois não podemos, por exemplo, usar da experimentação para replicar padrões de acontecimentos sociais. Nesse sentido, Flick (2009, p. 23) reivindica que “[o] fato de que a maior parte dos fenômenos não possam ser explicados de forma isolada é uma consequência da complexidade destes fenômenos na realidade”, e acrescenta que, “[s]e todos os estudos empíricos fossem planejados exclusivamente de acordo com o modelo de nítidas relações de causa e efeito, todos os objetos complexos precisariam ser excluídos”.

Alguns desdobramentos metodológicos

Dada a complexidade do objeto que nos propomos estudar (dimensão intransitiva, ontológica), foi necessário construir um projeto de pesquisa multidimensional composto por dimensões interacional, representacional e identificacional (dimensão transitiva, epistemológica). Daí resultou a exigência de um aparato multimetodológico. Selecionamos os métodos coleta documental e entrevistas individuais semiestruturadas para a coleta e geração dos dados, respectivamente. Por questões éticas e de escopo, aqui nos deteremos somente à dimensão representacional da pesquisa, em um recorte do método de coleta documental. Na Figura 3 representamos o recorte do desenho geral da pesquisa:

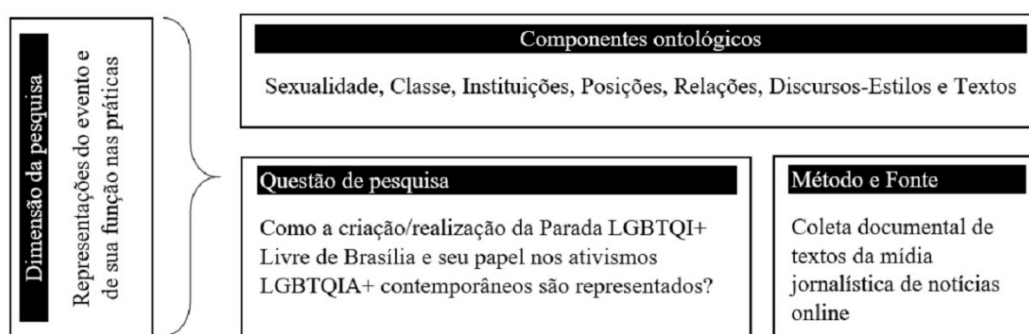


Figura 3 – Dimensão representacional da pesquisa
Fonte: Elaboração própria

O que chamamos de dimensão representacional refere-se a como são construídas as representações sobre a criação/realização da Parada LGBTQI+ Livre de Brasília e sobre a função desta nos ativismos LGBTQIA+ contemporâneos. Fairclough (2003) nos informa que

representações particulares de aspectos do mundo (pessoas, eventos, relações etc.) são sempre posicionadas, dependem da posição dos atores sociais que as mobilizam, ou seja, da relação que mantêm com o mundo material, com as pessoas e consigo. Além disso, aspectos do mundo podem ser representados diferentemente com vista aos fins a que essas representações se destinam (VAN LEEUWEN, 2008). Por exemplo, representações de eventos e práticas podem ser engendradas para legitimá-las ou deslegitimá-las, ou mesmo para negociar e disputar os propósitos das práticas e eventos em si. Também os níveis de abstração das representações podem variar: podem ser representações de eventos como realizações pontuais ou em sua relação com práticas e redes de práticas, isto é, de forma mais ou menos explanatória das relações por trás de eventos realizados.

A coleta documental utiliza “dados de natureza formal, como textos midiáticos, jurídicos, oficiais, entre outros, cuja elaboração demanda competência de conhecimento especializado” (VIEIRA; RESENDE, 2016, p. 95). Nesse procedimento, coletamos, por meio da ferramenta de busca *online* do Google, textos verbais escritos produzidos e veiculados pela mídia jornalística de notícias, especificamente jornais eletrônicos do Distrito Federal, que tematizam a realização da Parada LGBTQI+ Livre de Brasília. Utilizamos o descritor “Parada LGBTQI+ Livre de Brasília” no suporte de busca e os resultados que atenderam ao critério mencionado foram cinco textos escritos dos dois jornais de maior circulação de Brasília, o *Correio Braziliense* e o *Metrópoles*.

Gênero discursivo e autoria merecem atenção neste ponto. Dos textos que compõem este *corpus*, quatro instanciam o gênero notícia e um instancia o gênero coluna. Embora nosso olhar para esses textos esteja em seu aspecto representacional, não podemos perder de vista que ação, representação e identificação estão em relação dialética, em que um interioriza traços dos outros. Isso quer dizer que as representações mobilizadas nesses textos recebem pressões do potencial genérico que, nesse caso, pode ser mobilizado para fins diferentes do que relatar.

Atribuímos a autoria desses textos aos jornais *Correio Braziliense* e *Metrópoles*, ao invés de considerar como autoras/es as/os redatora/es, jornalistas e editoras/es, primeiro porque, conforme o desenho do projeto de pesquisa, não seria possível definir quem realmente escreveu/redigiu os textos, uma vez que textos jornalísticos recebem contribuição de várias pessoas que trabalham na instituição, e segundo porque consideramos autoria como a definiu Fairclough (2003, p. 12): “[q]uando eu me refiro a ‘autoras/es’, eu devo fazê-lo sem me envolver demais nessas complicações, e devo estar primeiramente me referindo a quem quer que possa ser visto como aquela/e que junta as palavras e se compromete com a verdade, obrigações, necessidade, valores, pela virtude das escolhas na construção do texto”.

Essas decisões, além levarem em conta ontologia, epistemologia e metodologia, também são influenciadas pela maneira como acreditamos que essa pesquisa discursiva crítica deveria ser conduzida. Concordamos que nossa subjetividade é irremediavelmente “parte do processo de pesquisa” (FLICK, 2009, p. 25). Toda análise é sempre subjetiva e parcial, mesmo que às vezes tentemos fazê-la parecer a mais ‘objetiva’ ou ‘completa’ possível. Fairclough (2003, p. 14-15) defende que “[n]ão há tal coisa como uma análise ‘objetiva’ de um texto, se isso significa uma análise que simplesmente descreve o que ‘há’ em um texto sem ser ‘influenciada’ pela ‘subjetividade’ da/o analista”, pois “a capacidade para conhecer o que ‘existe’ é inevitavelmente limitada e parcial”.

No Quadro 1, a seguir, tentamos sintetizar as linhas gerais desse processo reflexivo de pesquisa em ECD. Trata-se, no entanto, de uma esquematização a partir de nossa experiência particular quando das decisões necessárias a esta pesquisa, daquilo que se mostrou frutífero nas contingências e possibilidades deste projeto específico.

Etapa

Questões norteadoras

Ontológica	Qual a natureza e de que se constitui o mundo social (discurso, relações, posições etc.)? O que da realidade social me interessa analisar?
Epistemológica	Como posso gerar conhecimento sobre as componentes ontológicas que escolhi investigar? Por meio de quais abordagens (qualitativa, quantitativa, mista etc.) e teorias (análise de discurso, teoria <i>queer</i> etc.) creio ser possível gerar esse conhecimento?
Metodológica	Quais métodos de geração e/ou coleta de dados são coerentes com minhas decisões de caráter ontológico e epistemológico (entrevistas, observação participante, coleta documental etc.)? Quais os métodos de análise discursiva/ textual (análise da argumentação, análise sistêmico-funcional etc.) são compatíveis com meus objetivos analíticos?

Quadro 1 – Etapas ontológica, epistemológica e metodológica para pesquisas em ECD⁶
- Fonte: Elaboração própria

A organização da reflexão em torno do planejamento de um projeto de pesquisa, organizando os conjuntos de decisões de natureza ontológica, epistemológica e metodológica (o que pode ser feito num quadro como este ou em outras organizações imaginadas) parece-nos útil e necessária para promover a reflexividade sobre o próprio empreendimento de investigação.

Considerações finais

Nosso objetivo com esse artigo foi discutir a necessária coerência entre questões ontológicas, epistemológicas e metodológicas em ECD. No início, retomamos modelos ontológicos do funcionamento da sociedade e do funcionamento social da linguagem, que sustentam a possibilidade de usarmos a análise de textos como subsídio à crítica social. Em seguida, tomamos o projeto de pesquisa *Representação em disputa: uma análise de discurso crítica da Parada LGBTQI+ Livre de Brasília* para exemplificar como o arcabouço teórico dos ECD foi posto em prática. Por se tratar de um projeto particular, nossa intenção não foi fornecer um passo a passo ou um breve manual de pesquisa em ECD, pelo contrário, objetivamos, a partir de nossa experiência prática situada, fomentar a discussão sobre a necessidade de pesquisadoras e pesquisadores refletirem de modo consciente sobre o desenho de seus projetos. Começamos este artigo dizendo do desafio reflexivo implicado quando nos aventuramos em pesquisas em ECD, dada a própria complexidade do mundo social e de seus processos. Esse esforço consciente pode ser muito proveitoso, pois as análises que realizamos não têm um fim em si mesmas, elas miram algo mais importante: contribuir para um mundo mais justo em termos sociais e morais. O que nos une nessa perspectiva que chamamos de ECD “é o afeto, o coração: a coragem de acreditar nas pessoas, na vida como um todo e na transformação social; a coragem da crítica como arte de fazer-se crítica (VIEIRA, 2020, p. 14). Como toda crítica deve ser antes autocrítica, consideramos que um primeiro passo é o escrutínio cuidadoso das

⁶ Um quadro mais detalhado sobre a etapa epistemológica para pesquisas baseadas nos ECD pode ser encontrado em Resende (2017b, p. 41).

próprias decisões. Idealmente, esse escrutínio deve ser submetido a outras apreciações, daí a relevância das relações colaborativas nos grupos de pesquisa.

Agradecimentos

Agradecemos a nosso grupo de pesquisa – nomeadamente a Cintia Rodrigues, Cláudio Passos, Elizabeth Ruano, Ingrid Ramalho, Kárin Ventura, Larissa Silva, Nair Rabelo e Urânia Flores – por fermentar as reflexões aqui presentes, quando dos encontros no Seminário Avançado de Pesquisa, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília. Também agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa que financia a pesquisa da qual essas reflexões decorreram.

Referências

- ACOSTA, María del Pilar Tobar; RESENDE, Viviane de Melo. Gêneros e suportes: por um refinamento teórico dos níveis de abstração. **Romanica Olomucensia**, v. 2, n. 26, p. 127–141, 2014. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5053275>. Acesso em: 11 mar. 2021.
- BATISTA JR, J. R. L.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. Introdução. In: _____. (Orgs.). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. Parábola: São Paulo, 2018. p. 7-17.
- BHASKAR, Roy. Philosophy and scientific realism. In: ARCHER, M. *et al.* (Orgs.). **Critical Realism: essential readings**. London: New York: Routledge, 1998a, p. 16-47.
- BHASKAR, Roy. Societies. In: ARCHER, M. *et al.* (Orgs.). **Critical Realism: essential readings**. London: New York: Routledge, 1998b, p. 206-257.
- BHASKAR, Roy. **The order of natural necessity: a kind of introduction to critical realism**. Editado por Gary Hawke. London: Gary Hawke, 2017.
- CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
- DENZIN, Norman K; LINCOLN, Yvonna S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: _____. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Tradução Sandra Regina Netz. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-42.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. London: New York: Routledge, 2003.
- FAIRCLOUGH, Norman. Critical and descriptive goals in discourse analysis. In: _____. **Critical discourse analysis: critical study of language**. 2. ed. London: New York: Routledge, 2010. p. 30–55.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. 2. ed. Coord. Trad. Izabel Magalhães. Brasília: Editora UnB, 2016.

FAIRCLOUGH, Norman; JESSOP, Bob; SAYER, Andrew. Critical realism and semiosis. *In*: FAIRCLOUGH, Norman. **Critical discourse analysis: critical study of language**. 2. ed. London: New York: Routledge, 2010. p. 202–222.

FERREIRA, Nelson Toledo. O apartidarismo dos protestos populares no Brasil e os deslocamentos de sentidos de representação política. **Cambiassu - Edição Eletrônica**, v. Ano XIX, n. 14, p. 221–236, 2014. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cambiassu/article/view/3514>. Acesso em: 11 mar. 2021.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

HALLIDAY, M. A. K. **El lenguaje como semiótica social: la interpretación social del lenguaje y del significado**. Argentina: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2001.

HALLIDAY, M. A. K. **Halliday's introduction to functional grammar**. 4. ed. Revisão de Christian M. I. M. Matthiessen. Abingdon: Routledge, 2014.

HALLIDAY, M. A. K. Part A. *In*: _____.; HASAN, Ruqaiya. **Language, context and text: aspects of language in a social-semiotic perspective**. Oxford: Oxford University Press, 1989. p. 3-51.

HARVEY, David. **Justice, nature and the geography of difference**. London: Blackwell, 1996.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia**. Buenos Aires: Letra e, 1987.

MAGALHÃES, Izabel. Protagonismo da linguagem: textos como agentes. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 17, n. 4, p. 575–598, 2017. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1984-6398201711399>. Acesso em 11 mar. 2021

MARTIN, J. R. Language, register and genre. *In*: COFFIN, C.; LILLIS, T; O'HALLORAN, K. A. (Orgs.). **Applied linguistics methods: a reader**. Routledge: London, 2009. p. 12-32.

MASON, Jennifer. **Qualitative researching**. 2. ed. London: Thousand Oaks: New Delhi: SAGE Publications, 2002.

PEREIRA, Jussivania C. V. B.; TAVARES, Raylton Carlos de Lima. Pressupostos teóricos da análise de discurso crítica. *In*: LIMA, A. H. V.; PITA, J. R.; SOARES, M. E. (Orgs.). **Linguística aplicada: os conceitos que todos precisam conhecer**. v. 1. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020. p. 225-255.

RESENDE, Viviane de Melo. Análise de discurso crítica como interdisciplina para a crítica social: uma introdução. *In*: MELO, Iran Ferreira de. (Orgs.). **Introdução aos estudos críticos do discurso: teoria e prática**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012. p. 99-112.

RESENDE, Viviane de Melo. Análise de discurso crítica: reflexões teóricas e epistemológicas quase excessivas de uma analista obstinada. *In*: _____.; REGIS, Jacqueline Fiuza da Silva. (Orgs.). **Outras perspectivas em análise de discurso crítica**. Brasília: Pontes Editores, 2017b. p. 11–51.

RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso crítica e realismo crítico: implicações interdisciplinares**. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2009.

- RESENDE, Viviane de Melo. Textos e seus efeitos sociais como foco para a acrítica social. *In*: MAGALHÃES, I.; MARTINS, A. R.; RESENDE, V. M.; **Análise de discurso crítica: um método de pesquisa qualitativa**. Brasília: Editora UnB, 2017a. p. 61-92.
- RESENDE, Viviane de Melo. Posfácio: estudos críticos do discurso, decolonialidade e outras histórias. *In*: IRINEU, L. M. *et al.* (Orgs.). **Análise de discurso crítica: conceitos-chave**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020. p. 205-221.
- VAN DIJK, Teun A. **Discurso e poder**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- VAN LEEUWEN, Theo. **Discourse and practice: new tools for critical discourse analysis**. New York: Oxford University Press, 2008.
- VIEIRA, Viviane. Prefácio: a crítica como arte de fazer-se crítica. *In*: IRINEU, L. M. *et al.* (Orgs.). **Análise de discurso crítica: conceitos-chave**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020. p. 13-16.
- VIEIRA, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.
- WODAK, Ruth. What CDA is about?: a summary of its history, important concepts and its developments. *In*: _____; MEYER, Michael. (Orgs.). **Methods of critical discourse analysis**. 1. ed. London: Thousand Oaks: New Delhi: SAGE Publications, 2001. p. 1–13.

Artigo recebido em: 13 /04/ 2021

Aprovação final: 22/06/2021

10.35501/dissol.vi13.911